



NÚMEROS REDONDOS

Se desde Julho de 1988, altura em que saiu o primeiro número do Boletim Informativo da Almargem, a periodicidade mensal pudesse ter-se mantido, estaríamos hoje a comemorar a sua 317ª edição, em vez da centésima. Apesar de todos os problemas que atravessámos ao longo destes quase 29 anos, com vários períodos de “hibernação” do BIA, conseguimos manter uma média aproximada à de uma publicação trimestral, o que não é de todo péssimo.



ASSEMBLEIA GERAL

Antecedida por uma reunião do Conselho Fiscal, realizou-se no passado dia 23 de Março, a sessão ordinária anual da Assembleia Geral da Almargem, para análise dos Relatórios de Contas e Actividades de 2016, os quais foram aprovados por unanimidade. Após o final dos trabalhos, foi servido um pequeno lanche com produtos tradicionais e vegetarianos, que certamente abriu o apetite para o jantar de todos os sócios presentes.

NOVA EQUIPA

O “núcleo duro” da Almargem acaba de atravessar alterações importantes. A Anabela Santos vai estar afastada vários meses pois acaba de dar à luz a Beatriz, às quais desejamos as maiores felicidades. Por seu lado, o Manuel Vieira segue, em breve, para Lisboa, a fim de fazer o seu doutoramento, que esperamos corra às mil maravilhas. Para tomar conta da Via Algarviana, entre várias outras coisas, passámos a contar com a preciosa colaboração do Joaquim Mealha. A equipa foi entretanto reforçada pela Ana Quaresma, a qual regressa a esta casa alguns anos depois para coordenar as actividades de educação ambiental. Também o jovem André Pinheiro propôs-se apoiar algumas tarefas relativas à Via Algarviana e ao Festival de Aves de Sagres. Já a nível directivo, o Manuel Vieira foi substituído no cargo de secretário da Direcção pelo membro suplente Edgar Figueiredo.

VOLTAS E REVIRAVOLTAS NA VIA ALGARVIANA

Quando em 2015 o processo de financiamento da Via Algarviana através do PROAlgarve estava a chegar ao fim, a Almargem propôs a constituição de uma nova entidade para gerir autonomamente este projecto. Era exactamente isso que constava do estudo produzido por uma empresa por nós contratada para elaborar o futuro modelo de gestão e, na altura, houve consenso, relativamente a essa solução, da parte dos nossos parceiros institucionais (AMAL, RTA, ATA). Porém, no início de 2016, o entendimento destas entidades sofreu a primeira viragem: para quê criar uma nova entidade, se já havia uma (a Almargem) que poderia continuar a gerir a Via Algarviana? Todo o trabalho feito até aí foi então posto de lado e começámos a aprofundar este novo caminho, o qual obviamente agradava, do ponto de vista emocional, a muitos dos nossos sócios e colaboradores mais activos. No Verão de 2016, quando a influência do Turismo de Portugal se tornou mais patente no processo, nova reviravolta: afinal o melhor seria criar mesmo uma nova entidade, uma associação onde até os agentes privados estivessem presentes. Mais tarde, chegou mesmo a surgir a ideia de que essa associação iria gerir não só a Via Algarviana mas também a Ecovia do Litoral e que tudo teria de estar pronto a arrancar em Abril de 2017. Apanhada neste turbilhão de incongruências, a Almargem apresentou uma contra-proposta, em que aceitava a constituição dessa nova entidade desde que a marca Via Algarviana e os princípios essenciais da sua gestão continuassem sob a nossa responsabilidade, pelo menos durante um período transitório de 2 ou 3 anos. Terceira reviravolta: afinal já não havia pressa em constituir a nova entidade e o processo teria de ser aprofundado... Desta autêntica trapalhada, há quem já tenha deduzido que talvez existam pessoas influentes que gostariam de retirar a Via Algarviana à Almargem e, perante as nossas objecções, querem agora arrastar o processo para nos encostar à parede. Na verdade, durante estes já quase 2 anos passados após o fim do financiamento do PROAlgarve, a Via Algarviana tem sobrevivido exclusivamente à custa de 2 apoios consecutivos por parte dos 11 municípios envolvidos. Mas o dinheiro disponível vai acabar em breve, colocando a Almargem de novo numa situação muito difícil. Daí o nosso entendimento que, de uma vez por todas, temos de ser nós a encontrar o caminho certo para a Via Algarviana, sem continuarmos reféns de interesses obscuros.

NEGÓCIOS SOLARES POUCO ECOLÓGICOS E SUSTENTÁVEIS

A Almargem é favorável ao desenvolvimento de iniciativas que visem reforçar a componente solar no sistema de produção de energia em Portugal e, em particular, no Algarve, tendo em conta a urgência em fazer baixar os níveis de produção de carbono atmosférico provenientes da utilização de energias fósseis. Do nosso ponto de vista, uma das prioridades da política de energia do nosso país deverá ser o apoio à instalação de sistemas descentralizados de produção de energia eléctrica fotovoltaica em espaços urbanos, residenciais e não-residenciais, com possibilidade de ligação à rede eléctrica nacional e obtenção dos proventos daí decorrentes, com benefício para o orçamento das famílias, empresas ou instituições envolvidas. Somos igualmente favoráveis à construção de centrais solares, com pequena ou média dimensão, em zonas periurbanas, espaços agrícolas abandonados ou sem qualquer interesse conservacionista, capazes de produzir energia eléctrica suficiente para abastecer os aglomerados populacionais vizinhos. Mas, infelizmente, neste como em tantos outros sectores da economia, a ganância e o desejo de lucro fácil são cada vez mais predominantes. Em 2015, o governo anterior apostou forte na Megacentral de Alcoutim, sobretudo porque seria um empreendimento já não subsidiado pelos contribuintes, uma das situações publicamente mais criticadas aos governos de José Sócrates. No entanto, para que os chorudos proventos não faltassem aos promotores, a bitola tinha de ser bem mais elevada. Daí a proposta de construção de um sistema com uma potência instalada de 222 MW, gerados por 2.393.700 painéis fotovoltaicos, ocupando uma área serrana com 600 hectares, que passaria a ser a maior central fotovoltaica da Europa e uma das 12 maiores do mundo. Para além de arrasar completamente o território em causa, este projecto iria afectar vários quilómetros da Via Algarviana. Daí a completa oposição da Almargem, de outras entidades e agentes locais. Como se esperava, a decisão do governo foi favorável, mas dependente de algumas condições. Uma delas dizia respeito à obrigação de haver uma negociação prévia com a Almargem no que respeita o traçado da Via Algarviana. Tal nunca veio a acontecer e, em inícios de Março, membros do actual governo e do município de Alcoutim lançaram a primeira pedra deste empreendimento, com arranque das obras previsto para breve, situação que levou a Almargem a pedir formalmente o embargo imediato do processo, mas sem consequências conhecidas até hoje. Entretanto, as atenções da opinião pública foram desviadas para Lagos, onde se prevê a construção de uma outra central fotovoltaica, esta de média dimensão, mas já novamente com subsídios estatais, o que tem vindo a gerar grande polémica, para além de se localizar num terreno pouco adequado, paredes meias com habitações e ocupado por habitats naturais de alguma relevância.

DESTRUIÇÃO IMINENTE CONTINUA A AMEAÇAR ÚLTIMA LAGOA DE LAGOA

As Lagoas Brancas são uma pequena zona húmida situada dentro da área urbana de Lagoa e que representa um pouco daquilo que resta e que está na origem do nome desta cidade algarvia. Neste espaço foram já observadas mais de 70 espécies de aves, para além de albergar uma interessante colónia de cágado-mediterrânico, muitos anfíbios e outras espécies aquáticas. Através do PDM e de um plano de urbanização subsequente, o Município pretende arrasar a zona para aí instalar um loteamento industrial, que envolve a construção de um novo hipermercado Continente. As obras começaram em Janeiro mas, graças à contestação e fantástico empenhamento de muitos residentes locais, acabaram por ser suspensas algum tempo depois. Entretanto foram feitas várias diligências junto das entidades governamentais, incluindo uma exposição apresentada à APA-Algarve por parte da Almargem, na qual se exige o embargo das obras e se critica o parecer por eles dado em 2007, onde era referido que as Lagoas Brancas eram uma “massa de água com má qualidade”.



É claro que a Almargem e outras ONGAs não estão isentas de culpa nesta situação pois não tomaram conhecimento nem se aperceberam das implicações do plano de urbanização, aprovado em 2007, o qual não sofreu qualquer contestação. Esse tem sido um dos argumentos do actual presidente do Município para afirmar que agora já nada pode ser feito, esquecendo convenientemente que, na altura, ele estava na Oposição e que esta alinhava com as posições do Executivo de então. Para meter alguma água na fervura, o Município apresentou entretanto uma proposta de construção de uma nova lagoa num local próximo, mas sem dar garantias de que haveria tempo para transferir parte da fauna existente na actual zona húmida e, muito menos, que o novo espaço desde logo tivesse condições para recriar minimamente a biodiversidade actualmente existente nas Lagoas Brancas, razão pela qual a luta tem continuado.



Boletim Informativo da Almargem nº 100 – Abril de 2017

✓Rua S. Domingos, 56 – 8100-536 Loulé – Portugal ✓Tel.: 289412959 ✓Tlm.: 925481986

almargem@mail.telepac.pt www.almargem.org <https://pt-pt.facebook.com/associacaoalmargem>